

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.786.892 - MG (2018/0332282-1)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : JAILSON FERREIRA GUEDES
ADVOGADOS : FERNANDA MATOS FERREIRA - MG131112
FELIPE MATOS FERREIRA E OUTRO(S) - MG148637

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS com fulcro no art. 105, inc. III, alínea "a", da Constituição Federal.

Consta dos autos que o réu foi condenado pela prática dos delitos previstos no art. 157, § 3º, c.c. o art. 14, II, do Código Penal - CP (latrocínio tentado), c.c. o art. 244-B da Lei 8.069/1990 (corrupção de menores), ambos c.c. o art. 65, I e III, "d", do CP, na forma do art. 69 do CP, às penas privativa de 14 (quatorze) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, a ser cumprida no regime inicial fechado, e o pagamento de 10 (dez) dias-multa, no valor unitário mínimo, conforme a sentença às fls. 276/289.

A defesa interpôs apelação perante a Corte de origem, pleiteando a desclassificação do delito de latrocínio tentado para furto ou roubo simples, sustentando ausência de provas da prática de violência. Requereu, ainda, a fixação da pena-base no mínimo legal, o reconhecimento das circunstâncias atenuantes previstas no art. 65, I e III, "d", do CP, o decote das causas de aumento, a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos e a fixação do regime inicial aberto.

O Tribunal *a quo* deu parcial provimento ao recurso para reclassificar a imputação contida na denúncia de latrocínio tentado para roubo tentado exasperado pelo concurso de agentes e pelo emprego de arma de fogo, estabelecendo como definitivas as reprimendas de 6 (seis) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicial semiaberto, e o pagamento de 13 (treze) dias-multa, no mínimo legal. O julgado está assim ementado (fl. 357):

***APELAÇÃO CRIMINAL - LATROCÍNIO TENTADO -
REDEFINIÇÃO JURÍDICA DO FATO CRIMINOSO DENUNCIADO
PARA O DE ROUBO EXASPERADO PELO CONCURSO DE
AGENTES E EMPREGO DE ARMA - NECESSIDADE - CORRUPÇÃO***

Superior Tribunal de Justiça

DE MENORES - BIS IN IDEM - INOCORRÊNCIA.

01. O latrocínio, como modalidade preterdolosa de crime, não admite tentativa, somente sendo responsabilizado o agente por tal delito quando da conduta de subtrair resultar a morte da vítima.

02. Não ocorrendo qualquer lesão para o ofendido do delito de roubo, impõe-se dar ao fato nova definição jurídica, com fundamento no disposto no art. 383 do CPP, para o fim de reconhecer o delito de roubo exasperado pelo emprego de arma e concurso de agentes.

03. Não configura bis in idem a incidência da causa de aumento referente ao concurso de agentes no delito de roubo, seguida da condenação pelo crime de corrupção de menores, já que são duas condutas, autônomas e independentes, que ofendem bens jurídicos distintos.

Os embargos de declaração a seguir opostos pela acusação foram rejeitados (fls. 406/409).

Diante disso, o Ministério Público interpôs o presente recurso especial, no qual alega violação dos arts. 157, § 3º, parte final (atualmente, artigo 157, § 3º, II), c.c. o art. 14, II, ambos do Código Penal - CP.

Assevera que "ao contrário do alegado no acórdão recorrido, o art. 157, § 3º, do Código Penal, não encerra apenas caso de aumento de pena para o roubo com resultado morte ou lesão corporal grave. O latrocínio constitui crime complexo, autônomo em relação ao roubo do ad. 157, caput, do Estatuto Repressivo, aglutinando este - crime fim - e o homicídio - delito-meio, cometido para propiciar a execução da subtração ou a impunidade do agente" (fl. 423).

Alega que esta Corte Superior admite o latrocínio tentado quando comprovada a violência praticada contra a pessoa e que, no caso, houve a clara intenção de ceifar a vida da vítima para consumir o delito de roubo, ressaltando que "quem rouba e tenta matar, não conseguindo seu intento, responde pelo delito de latrocínio tentado, e não por roubo, em concurso material com eventual crime de tentativa de homicídio" (fl. 436).

Contrarrazões às fls. 450/453.

Admitido o recurso, os autos vieram à esta Corte (fls.457/459). Em seu parecer, opinou o Ministério Público Federal pelo provimento do recurso (fls. 472/476).

É o relatório. Decido.

O recurso merece provimento.

Superior Tribunal de Justiça

A tese arguida encontra amparo na remansosa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça quanto ao tema. A propósito, confirmam-se os seguintes precedentes, cujas ementas seguem transcritas:

AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. DESCLASSIFICAÇÃO DO CRIME DE LATROCÍNIO. PRETENSÃO DE SIMPLES REFORMA. DECISÃO DE NÃO CONHECIMENTO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A jurisprudência desta Corte Superior firmou o entendimento no sentido de que é plenamente possível a ocorrência de latrocínio em sua forma tentada, quando não se obtenha o resultado morte, bastando a comprovação de que, no decorrer da prática delitiva, o agente tenha atentado contra a vida da vítima, com a intenção de matá-la, não atingindo o resultado, por circunstâncias alheias à sua vontade.

2. A tese de desclassificação do crime de latrocínio tentado para roubo, esbarra na necessidade de revolvimento fático-probatório, o que se afigura inviável na estreita via do mandamus.

3. Mantidos os fundamentos da decisão agravada, porquanto não infirmados por razões eficientes, é de ser negada simples pretensão de reforma.

4. Agravo regimental não provido (AgRg no HC 429.657/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 16/4/2018).

RECURSO ESPECIAL. ROUBO QUALIFICADO PELO EMPREGO DE ARMA DE FOGO. RESTABELECIMENTO DA CONDENAÇÃO POR TENTATIVA DE LATROCÍNIO. POSSIBILIDADE. INCONTROVERSA EXISTÊNCIA DO ANIMUS NECANDI. RECURSO PROVIDO.

1. Prevalece nesta Corte o entendimento de que, sempre que caracterizado o dolo do agente de subtrair o bem pertencente à vítima e o dolo de matá-la, não ocorrido o resultado morte por circunstâncias alheias à sua vontade, há tentativa de latrocínio. Precedentes.

2. Para decidir a respeito da eventual desclassificação do delito de latrocínio na modalidade tentada para roubo qualificado pelo emprego de arma de fogo, é necessário analisar a possível existência do animus necandi e verificar se o agente atentou contra a vida da vítima, não consumando o delito por circunstâncias alheias à sua vontade.

3. Recurso provido para restabelecer a condenação do recorrido pela prática do crime previsto no art. 157, § 3º, parte final, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal, e, conseqüentemente, a pena imposta na sentença monocrática (REsp 1.525.956/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 7/12/2015)

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TENTATIVA DE LATROCÍNIO. OCORRÊNCIA. POSSIBILIDADE. ANIMUS NECANDI CONFIGURADO. NÃO INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7, DO STJ. REVALORAÇÃO PROBATÓRIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A r. sentença condenatória entendeu cabível a tentativa de latrocínio diante do animus necandi do ora agravante de realizar os disparos contra a vida do policial militar.

2. Na hipótese dos autos, constato que o Tribunal de origem, entendeu incabível a tentativa de latrocínio, por ser o resultado morte condição sine qua non para o reconhecimento da qualificadora do art. 157, § 3º, do Código Penal.

3. O que contraria a jurisprudência do STJ que possui entendimento pacificado no sentido de que o crime de latrocínio tentado se caracteriza independentemente da natureza das lesões sofridas pela vítima, bastando que esteja configurada a subtração e demonstrado o animus necandi dos agentes de provocar o evento morte, conforme acima delineado.

4. Observo que, in casu, não há necessidade de reexame do quadro fático-probatório dos autos, o que acarretaria a incidência da Súmula 7, do STJ, porque cabe a esta Corte a uniformização da interpretação do direito federal quando violada norma infraconstitucional, o que ocorreu na espécie, sendo caso, na verdade, de reavaliação probatória quando houver qualificação jurídica dos fatos soberanamente comprovados na instância ordinária.

5. Agravo regimental não provido (AgRg no REsp 1.424.377/MG, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, DJe 21/2/2014).

Como se vê, esta Corte Superior entende que, havendo dolo de roubar e dolo de matar para assegurar o roubo, está configurado o delito de latrocínio na forma tentada no caso de a morte não se consumir por circunstâncias alheias à vontade do agente.

Portanto, merece reforma o acórdão recorrido, devendo ser restabelecida a condenação do réu pela conduta do art. 157, § 3º, segunda parte, c.c. o art. 14, II, do Código Penal (latrocínio tentado).

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inc. V, alínea “a”, do Código de Processo Civil c/c o art. 3.º do Código de Processo Penal, dou provimento ao recurso especial para restabelecer a condenação imposta ao réu na sentença pela conduta do art. 157, § 3º, segunda parte, c.c. o 14, II, do Código Penal, nos termos da

Superior Tribunal de Justiça

fundamentação supra.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

